

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DO PARÁ E O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR-PROEMI

Tânia Castro Gomes

Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA
tcastrogomes@bol.com.br

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA
maria.colares@ufopa.edu.br

Resumo: Este texto trata sobre o Programa Ensino Médio Inovador PROEMI, um programa do governo federal instituído em 2009, visando apoiar as Secretarias de Estado de Educação na melhoria de ações que fomentem a educação integral no ensino médio regular por meio da reestruturação do currículo nas instituições escolares. Em 2012, o Estado do Pará implementou o PROEMI em 03 de seus municípios. A pesquisa teve como objetivo refletir sobre a trajetória da Educação Integral e o Programa Ensino Médio Inovador como política indutora no Estado do Pará no sentido de ampliar o debate quanto ao caminho percorrido pela educação integral no contexto público estadual e o desdobramento desta política educacional. Foi realizada com base em documentos governamentais: INEP (2016), Portaria nº 971/2009, Pacto pela Educação no Pará (2013), Plano de Educação Integral da Rede Estadual de Ensino (2013), Plano Estadual de Educação (2015/2025) e o Plano Nacional de Educação (2014/2024). Os resultados apontam a necessidade de uma análise profunda na avaliação de programas e projetos que são ações de uma política educacional, a necessidade de um diálogo interdisciplinar e o envolvimento da comunidade escolar nas decisões que envolvem as ações na escola. No entanto, a educação integral se apresenta como possibilidade de promover uma educação transformadora na implementação de uma política educacional de Estado.

Palavras-chave: ProEMI; Ensino Médio, Educação Integral.

Introdução

O Estado do Pará, uma das 27 unidades federativas do Brasil, é o segundo maior estado com uma extensão territorial de 1.248.042,515 km², dividido em 144 municípios, está situado no centro da região norte e tem como limites o Suriname e o Amapá a norte, o oceano Atlântico a nordeste, o Maranhão a leste, Tocantins a sudeste, Mato Grosso a sul, o Amazonas a oeste e Roraima e a Guiana a noroeste. O estado é o mais populoso da região norte, contando com uma

população de 7.321.493 habitantes. Sua capital, Belém, reúne em sua região metropolitana cerca de 2,1 milhões de habitantes, sendo a maior população metropolitana da região Norte. Outras cidades do estado são Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Itaituba, Marabá, Parauapebas, Redenção, Santarém¹ e Tucuruí (<http://www.pa.gov.br>, em 23/11/2016).

A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (SEDUC), planejou e implementou várias ações no sentido de executar a política de educação integral no ensino médio, o Programa Ensino Médio Inovador-PROEMI cuja adesão em parceria com o Instituto UNIBANCO efetivou-se em 2012. Além desse programa, pactuou também um documento denominado Pacto pela Educação no Pará em 2013, objetivando envolver toda a sociedade paraense no sentido de transformar o documento em uma ação do Estado.

Para tanto, o presente texto se propõe refletir a respeito da trajetória Educação Integral e o Programa Ensino Médio Inovador enquanto política indutora da mesma no Estado do Pará no sentido de ampliar o debate quanto ao caminho percorrido pela educação integral no contexto público estadual o desdobramento desta política educacional.

Para isso, inicialmente apresentamos a contextualização da Secretaria de Estado de Educação e sua organização no Estado. A seguir abordamos o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI como política pública indutora da educação integral no Estado do Pará. Posteriormente, abordamos o Pacto Pela Educação no Pará e por último apresentamos os resultados parciais sobre a pesquisa no que concerne as leituras bibliográficas.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará: aspectos gerais

A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC situa-se na capital do Estado do Pará, em Belém, na Rodovia Augusto Montenegro km 10, s/n, Icoaraci. É gerenciada pela Secretária

¹ O Município de Santarém, situado ao norte do Brasil, na Mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém, abrange 722.358 km² e abriga vinte e sete Municípios. Ao norte o Município faz fronteira com os Municípios de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre, dividindo com eles o leito do rio Amazonas. Limita-se ao sul com os Municípios de Rurópolis e Placas. Ao leste faz fronteira com os Municípios de Prainha e Uruará, a Oeste com os de Juruti e Aveiro, e ao centro com o Município de Belterra (<http://www.santarem.pa.gov.br>, cesso em: 13/06/2016).

Estadual de Educação, a pedagoga Ana Cláudia Hage desde 23 de setembro de 2015² ; no administrativo, a secretaria dispõe da Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica (ASJUR), Assessoria de Comunicação (ASCOM) e a Ouvidoria na coordenação dos trabalhos relacionados a secretaria. Com relação a sua organização é composta internamente por secretarias, coordenadorias, diretorias, coordenações, dentre outros, que são responsáveis pelo desenvolvimento das ações relacionadas a trabalhos específicos dentro da secretaria de educação como um todo. Assim, demonstramos seu organograma no quadro 01 com suas subdivisões e especificidades.

Quadro 01: Organograma SEDUC – Pará

SUBDIVISÕES	ESPECIFICIDADES
Coordenações	Coordenação de Ações Educacionais Complementares – CAEC
	Coordenação de Educação Indígena
	Coordenação de Documentação Escolar – CODOE
	Coordenação de Ensino Médio – COEM
	Coordenação de Ensino Profissionalizante – COEP
	Coordenação de Promoção da Igualdade Racial – COPIR
	Coordenação de Educação Especial – COEES
Coordenadorias	Coordenadoria de Educação das Águas e das Florestas – CECAF
	Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos – CEJA
	Coordenadoria Técnica Aplicada a Educação – CTAE
Diretorias	Diretoria de Educação Infantil e Fundamental – DEINF
	Diretoria de Ensino Médio e Profissionalizante – DEMP
Secretarias	Secretaria Adjunta de Ensino – SAEN

²Decreto nº 1.400, de 23 de setembro de 2015.

	Secretaria Adjunta de Planejamento e Gestão – SAPG
	Secretaria Adjunta de Gestão Pessoas- SAGEP
	Secretaria Adjunta de Logística Escolar – SALE
Setores/Centro/Núcleo	Matrícula Escolar
	Censo Escolar – Censo
	Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará – CEFOR
	Núcleo de Esporte e Lazer – NEL
Sistemas	Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SISPAE
	Sistema Estadual de Biblioteca Escolares – SIEBE
	Sistema Modular de Ensino – SOME

Fonte:Elaborado pela autora (2017) a partir SEDUC/PARÁ (2017).

Em parceria com a Falconi³, Consultoria de Resultados, a SEDUC elaborou um planejamento denominado Mapa Estratégico da SEDUC, constituído de objetivo, missão, visão de futuro e valores, assim como a elaboração de metas para os próximos cinco anos, compreendidos entre 2017 a 2021, para a Educação Básica sob sua responsabilidade: Ensino Fundamental I, Ensino fundamental II e Ensino Médio com o propósito de aumentar os índices do IDEB mediante ações estratégicas divididas em três aspectos: o pedagógico, a gestão e as pessoas.

A SEDUC se faz presente no interior do Estado do Pará por meio das Unidades Setoriais de Educação - USE's e das Unidades Regionais de Educação – URE's. As USE's, em um número de 20, ficam localizadas na região metropolitana de Belém e funcionam como unidades que agregam uma rede de escolas próximas geograficamente, com um diretor na unidade e uma equipe técnica que acompanha e dá suporte e apoio as escolas sob sua responsabilidade. Quanto as

³Consultoria empresarial cujo serviço está baseado no aperfeiçoamento da gestão nas organizações visando melhorar o desempenho por meio da busca de resultados de excelência. Atua em todos os segmentos do mercado seja nacional ou internacional. Especializados na implementação das melhores práticas em gestão (<https://www.falconi.com>, 10.05.2017).

URE's, são unidades regionais, em um total de 20, estão localizadas em municípios, considerados polos, no interior do estado que agregam municípios próximos.

O Programa Ensino Médio Inovador – Proemi

No que se refere ao ensino médio, o Programa Ensino Médio Inovador apresenta-se como uma possibilidade de intervenção na qualidade da educação por meio do redesenho do currículo, compreendendo ações propostas que serão incorporadas a esse currículo, ampliando o tempo na escola, na perspectiva da educação integral e da diversidade de práticas pedagógicas, tendo em vista os resultados da avaliação externa que também demonstra resultados pouco significativos nas escolas públicas estaduais, como demonstra o quadro 02 a seguir:

Quadro 02: IDEB referente ao 3º Ano do Ensino Médio no Estado do Pará – Metas projetadas e observadas de 2005 a 2015

<i>ANOS</i>	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
<i>METAS PROJETADAS</i>	----	2.7	2.7	2.9	3.2	3.5	4.0	4.2	4.4
<i>IDEB OBSERVADO (RESULTADOS DAS ESCOLAS)</i>	2.6	2.3	3.0	2.8	2.7	3.0	----	----	----

Fonte: INEP (2016).

Constata-se que somente no ano de 2008 cujos resultados foram divulgados em 2009, o ensino médio público estadual conseguiu alcançar e superar a meta projetada. De tal modo, reafirma-se a necessidade da escola buscar meios de desenvolver a formação integral do aluno em seus aspectos físicos, psicológico, social, dentre outros, considerando suas peculiaridades individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas

Em uma breve retrospectiva, temos a criação do Programa Ensino Médio Inovador em âmbito nacional, por meio da Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, com o objetivo de apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional. Em seu Artigo 2º enfatiza que,

Art. 2º - O Programa visa apoiar as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras (BRASIL, 2009, p.52).

Quanto à forma de participação no programa, o documento Ensino Médio Inovador que trata da estruturação deste, nos diz que este é executado em parceria com governos de Estados, do Distrito Federal e das Escolas Federais que se associam voluntariamente ao Governo Federal, quando da assinatura do Termo de Adesão, que implica na aceitação das diretrizes, metas e procedimentos operacionais regulamentares.

Assim, de acordo com sua estrutura organizacional, para a realização do ProEMI no Estado do Pará, a SEDUC firmou parceria com o ProEMI/JF e foi lançado em 2012, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal e Instituto UNIBANCO, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e a defasagem idade-série, assim como reforçar o currículo escolar nas disciplinas de português e matemática e na formação de professores, levando em consideração o aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica /Ideb (www.seduc.pa.gov.br, em 30.05.2016).

O Instituto UNIBANCO, que atua por meio de um modelo de parceria público-privada que se destaca por conceber e testar tecnologias sociais, ao obter resultados efetivos, salta da experiência laboratorial (com poucas escolas) para um alcance de larga escala, sendo as práticas disseminadas em políticas públicas. Desse modo, o ano de 2012 marca o início da expansão do projeto Jovem de Futuro (JF), época em que foi constituído, em parceria com o Programa Ensino Médio Inovador, do MEC, o ProEMI/JF, tornando-se a principal política pública de Ensino Médio das Secretarias Estaduais de Educação dos estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí (www.insitutounibanco.org.br, em 23/11/2016).

Dessa forma, enquanto o Programa Ensino Médio Inovador (EMI) define-se como estratégia do MEC em parceria com as Secretarias para induzir a reestruturação e inovação dos currículos do Ensino Médio, o Jovem de Futuro (JF) é um projeto de gestão escolar para resultados, que tem por objetivo melhorar o desempenho escolar dos alunos que cursam o Ensino

Médio, além de reduzir os índices de abandono, garantindo a permanência do jovem na escola e a conclusão dessa etapa de estudo. A parceria procurou conciliar os dois objetivos distintos dos programas na intenção clara de intervir nos índices mostrados pelo IDEB quanto aos resultados no ensino médio paraense. Em 2012, quando a SEDUC firmou parceria para implementar o ProEMI no Estado do Pará, inicialmente, aderiram ao programa com as atividades previstas para iniciarem somente em agosto/2012, onze escolas no município de Santarém, treze escolas em Marabá e sessenta e três escolas na região metropolitana de Belém, perfazendo um total de oitenta e sete escolas pertencentes às diferentes unidades de ensino, na capital e no interior que iniciaram o ProEMI no Estado do Pará, conforme mostra o quadro 03 (<http://www.seduc.pa.gov.br>, 01/05/2016).

Quadro 03: Municípios e N° de escolas que aderiram ao PROEMI em 2012

MUNICÍPIOS	N° DE ESCOLAS
MARABÁ	13
SANTARÉM	11
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	63
TOTAL	87

Fonte:Elaborado pela autora (2017) a partir dos dados da SEDUC/PA.

Na perspectiva de desenvolver atividades do Programa Ensino Médio Inovador/ProEMI a priori nos municípios citados, a Secretaria Estadual de Educação/SEDUC iniciou em 2012, a execução de um programa com vistas a uma nova etapa educacional na intencionalidade de proporcionar aos alunos atendidos atividades inovadoras e interdisciplinares, organizadas no Projeto de Redesenho Curricular⁴, que desenvolvido gradualmente durante os três anos no ensino médio regular paraense, ampliam o tempo escolar sob a ótica da educação integral.

Pacto Pela Educação no Pará e a Política de Educação Integral

Em 26 de março de 2013, no intuito de aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública nos níveis de ensino fundamental e médio, no período

⁴ Programa: Ensino Médio Inovador – Documento Orientador (2009).

de cinco anos, o governo do Estado do Pará lançou o documento Pacto pela Educação no Pará, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma iniciativa que busca a melhoria da qualidade da educação básica do Estado, a partir de ações voltadas para a qualidade do ensino e capacitação de professores, aperfeiçoamento do currículo e infraestrutura escolar. Além do apoio do Banco, o projeto pretende contar com o apoio das prefeituras, do movimento Todos Pela Educação, da organização Synergos, Fundação Telefônica, Fundação Itaú, Instituto Unibanco, Itaú BBA, e Instituto Natura. Uma iniciativa que visa convergir esforços em parceria com iniciativa pública e privada, entidades e organismos nacionais e internacionais, organizações não governamentais (ONGs), sociedade civil. (<http://www.iadb.org>, em 15/04/2017).

Quanto aos resultados esperados, e as estratégias utilizadas no alcance dos objetivos do Pacto, o documento possui uma série de ações a serem desenvolvidas com a participação efetiva dos parceiros envolvidos, incluindo um programa específico de fomento a educação integral com ênfase no Programa Ensino Médio Inovador ProEMI/Jovem do Futuro, já desenvolvido desde 2012 nas escolas públicas estaduais.

O acúmulo da experiência obtida progressivamente desde 2009 (com a adesão ao Programa Federal Mais Educação), e o compromisso do estado em promover a política educacional de educação integral, visando a melhoria na qualidade da educação básica como um de seus objetivos primeiros, motivou a SEDUC a avançar no intuito de planejar a expansão da educação integral no Estado do Pará, a partir da elaboração do Plano Estadual de Educação Integral (ainda em construção) visando subsidiar o processo de implantação e implementação da oferta da educação integral na rede estadual de ensino paraense, por meio de três modelos: escola de tempo integral; educação integral; educação integral com parceria institucional (www.seduc.pa.gov.br, em 23/11/2016).

Na construção do plano, a SEDUC, contou com a assessoria e parceria da Fundação Itaú Social⁵ que sob coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e

⁵ Instituição criada visando estruturar e implementar os investimentos sociais do Itaú, com atuação em todo o território brasileiro, tem como foco o apoio, elaboração e fortalecimento de programas que visam o progresso das políticas públicas de educação, a potencialização do engajamento de seus colaboradores – e da sociedade em geral – por meio da cultura de voluntariado, e a avaliação sistematizada de projetos sociais. (<https://www.itaui.com.br>, 16/04/2017).

Ação Comunitária (CENPEC)⁶ iniciou os estudos em maio de 2013. De acordo com informações obtidas na Plataforma Educação & Participação⁷ na época, verificou-se a existência de uma pré-proposta para educação integral no estado e de um diagnóstico e uma avaliação sobre a política de educação integral em escolas de jornada ampliada. As ações definidas para a organização da elaboração do plano que contemplasse propostas no estado foram: criação de um grupo de trabalho ampliado GT – Educação Integral, da Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN/SEDUC) para discutir e escrever o plano, aproximação deste grupo junto a equipe responsável pelo Programa Mais Educação dentro da SEDUC, e a organização de seminários para discussão das propostas contidas no plano denominados Diálogos sobre Educação Integral.

No percurso da realização dos seminários definiu-se, a fim de envolver o maior número de municípios nas discussões, a partir de critérios estabelecidos pela própria equipe técnica da SEDUC, que deveriam cumprir-se em três grandes municípios polos que agregariam municípios circunvizinhos convidados a participar da elaboração do plano: Polo da Grande Belém; Polo de Marabá; e Polo de Santarém.

Os seminários foram chamados “Circuitos de Debates para a Construção do Plano de Educação Integral da Rede Estadual de Ensino” aconteceram nos meses de setembro e outubro/2015, visando fomentar debates e ideias na elaboração do Plano de Educação Integral para a Educação Básica da Rede Estadual, além de socializar experiências exitosas no estado. O debate tinha como foco a leitura, discussão e síntese a partir de uma minuta do plano, para em seguida apresentação das contribuições e proposições dos participantes dos circuitos, dentre os quais, professores, técnicos e gestores, coordenadores dos Programas: Mais Educação e ProEMI e outros convidados de instituições com interesses afins, como universidades.

A minuta do plano inicialmente contava com uma breve contextualização teórica e legal com relação a educação integral, além de apresentar documentos e ações já desenvolvidas no

⁶ Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. Tem como objetivos o desenvolvimento de projetos, pesquisas e metodologias voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e a incidência no debate público; atua em parceria com a escola pública, espaços educativos de caráter público e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades (<http://www.cenpec.org.br>, 16/04/2017).

⁷ Ambiente digital de mobilização, formação e produção colaborativa de conhecimento sobre a educação integral com base em ações, práticas e metodologias dos programas Prêmio Itaú-Unicef, Jovens Urbanos e Políticas de Educação Integral (<https://educacaoeparticipacao.org.br>, 16/04/2017).

desdobramento da política educacional do Pará, que respaldam a implantação gradativa das ações contidas de educação integral nesse estado: Pacto pela Educação do Pará, Mais Escola⁸, Programa Mais Saber⁹; e os programas federais: Mais Educação e ProEMI.

Na discussão da minuta seguiam-se dos critérios para a ampliação da jornada do aluno na escola e conseqüente implantação da Escola de Tempo Integral. São eles: unidades de ensino com baixo IDEB, localização em área de vulnerabilidade social, escolas com estrutura para o desenvolvimento de atividades complementares e compromisso da gestão e da comunidade escolar com o projeto. Três propostas de desenvolvimento da educação integral no Pará justificadas pela diversidade nas experiências anteriores foram apresentadas:

Desenho I: Escola de Tempo Integral e de Educação Integral

Oferece a ampliação do tempo escolar para 9h30min, intercalando no currículo as atividades escolares com as oficinas socioculturais. Ocorre por meio de adesão da comunidade escolar ao projeto, com lotação de professores com carga horária de 200 horas, especialista de educação lotado em 200 horas para acompanhamento do processo educacional [...]

Desenho II: Educação Integral pela combinação do tempo da escola com o tempo de oficinas socioculturais

Educação Integral pela combinação do tempo da escola com o tempo de atividades complementares articuladas ao currículo, previsto no projeto político pedagógico, visando o desenvolvimento global do aluno. Somando os tempos de aprendizagens em jornada ampliada de 7 h [...]

Desenho III: Educação Integral em parceria institucional

Esse desenho integra um conjunto de instituições (igrejas, centros comunitários, clube de mães, associação de moradores, clubes, instituições estatais e paraestatais, ONGs, universidades e PRONATEC¹⁰) cujos espaços e/ou atividades educativas realizadas, incorporam-se ao currículo, visando responder as perspectivas da formação global do sujeito (Plano de Educação Integral para a Educação Básica da Rede Estadual, 2015, p.20).

⁸ Espaço criado no qual alunos, professores, a comunidade escolar e a sociedade como um todo poderão consultar o andamento e a realização das obras nas escolas estaduais, verificando qual era a situação do espaço escolar, o que estar sendo feito para a sua recuperação, os recursos aplicados para a sua melhoria e como ficarão estes espaços depois das obras (<http://maisescola.pa.gov.br>, 16/04/2017).

⁹ Programa do Governo do Estado do Pará executado pela Secretaria de Estado de Educação que promove investimentos financeiros na revitalização das escolas (Minuta do Plano de Educação Integral da Educação Básica do Estado do Pará/2015).

¹⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país (<http://portal.mec.gov.br>, 16/04/2017).

Além das configurações possíveis da educação integral no Pará, o texto também provocava a discussão em aspectos relevantes como a gestão, a reorganização do tempo e espaços escolares, o currículo, a avaliação da aprendizagem, o acompanhamento e a avaliação sistemática do projeto pedagógico que envolve o desenvolvimento dessa concepção de ensino. Sobre as metas apresentadas temos:

- Ampliar, a partir de 2016, a oferta da Educação Integral em 6,25% das escolas de ensino fundamental I e II, com base nas metas previstas no Plano Nacional de educação de atendimento de 50% da rede estadual de Ensino Fundamental até 2022;
- Iniciar em 2014 ações de mobilização pela Educação Integral em 30 Municípios do Estado do Pará, objetivando incentivar a elaboração de políticas públicas de Educação Integral nos Municípios articulada ao processo de municipalização do Ensino Fundamental I e II, ampliando anualmente as ações de mobilização para 40 municípios, a fim de que até 2017 todos os 144 municípios do estado tenham sido contemplados com esta ação.
- Construir até 2015, um sistema de aprimoramento e qualificação da Educação Integral da rede estadual assegurando a oferta de educação continuada, acompanhamento e avaliação de 50 Escolas de Ensino Fundamental anualmente e as demais já em funcionamento;
- Construir até 2015, um sistema de aprimoramento e qualificação da Educação Integral da rede estadual assegurando anualmente a oferta de formação continuada, acompanhamento e avaliação de 69 escolas da Educação Básica;
- Realizar, até 2015, mapeamento das ações articuladas com as demais secretarias componentes da estrutura administrativa do Estado; Secretarias Municipais de Ação Social, ONGs visando identificar potencialidades de fortalecimento de ações intersetorializadas, e firmar novas parcerias destinadas à promoção da educação integral.
- Implementar, até 2018, uma proposta pedagógica preliminar de educação integral dentro do sistema de atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade na Fasepa;
- Garantir a melhoria da infraestrutura de 6,25% das escolas de educação integral a cada ano, para que estejam adequados à oferta de atividades e oficinas pedagógicas relacionadas à ampliação da jornada nas unidades educacionais até 2022;
- Assegurar a melhoria do desempenho escolar dos alunos matriculados na educação integral no ensino fundamental até 2017, considerando os seguintes indicadores: 100% dos alunos dos anos iniciais alfabetizados até 8 anos;
- Redução em 10% das taxas de evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental; Aumento em 10% das taxas de aprovação escolar nas escolas com tempo integral;
- **Atendimento escolar para 100% dos adolescentes entre 15 e 17 anos; Elevar, em até dez anos, a taxa líquida de matrículas dessa faixa etária no ensino**

médio para 85%; Redução em 10% das taxas de evasão escolar no Ensino Médio.

- Criação em 2014, de um grupo de trabalho (GT), responsável pelo acompanhamento das ações relacionadas à educação integral, composto por, no mínimo, de três representantes das secretarias adjuntas, (SALE, SAGE, SAEN) e representantes da SAEN;
- Realizar a partir de 2015 eventos formativos sobre a temática de educação integral para os articuladores de projetos, técnicos de USES/URES, técnicos em educação das unidades de ensino, Coordenadores dos programas federais para nivelamento e apropriação do processo de educação integral.
- Realizar a partir de 2015 eventos formativos sobre a temática de educação integral para 170 articuladores de projetos, técnicos de USES/URES, técnicos em educação das unidades de ensino e profissionais da educação lotados nas unidades escolares inseridas anualmente no processo de expansão da educação integral.
- Realizar até 2015, estudo relativo ao impacto do custo-aluno para atendimento de educação integral em 50% das escolas da rede pública estadual, complementado pela projeção dos investimentos anuais em aporte financeiro destinado a promover a sustentabilidade do Plano Estadual de Educação Integral (Plano de Educação Integral para a Educação Básica da Rede Estadual, 2015, p.27 a 29, grifo nosso).

Das quatorze metas apresentadas, destacamos uma relacionada ao ensino médio, visando atendimento total aos alunos matriculados e em um prazo de dez anos a partir da aprovação do plano, elevar as matrículas e reduzir as taxas de evasão escolar. Sobre as estratégias pensadas para a realização das metas em sua totalidade, estão organizadas em duas grandes vertentes: a Gestão do Aprimoramento e Qualificação da Educação Integral ofertada sob responsabilidade da SEDUC, em parceria com o Comitê Gestor do Pacto pela Educação no Pará e o Sistema de Formação Continuada, Acompanhamento e Avaliação ao encargo do grupo de Trabalho – Educação Integral da SEDUC. Além das propostas, o texto sugere o acréscimo das estratégias estabelecidas no atual Plano Estadual de Educação (PEE).

Ainda nesse contexto e em harmonia com a legislação que fomenta e induz a política de educação integral no Brasil, outro documento que corrobora a ênfase na política de educação integral no Estado do Pará, é o atual Plano Estadual de Educação (PEE 2015/2025), que foi resultado de inúmeras discussões com a sociedade civil organizada, no período de 2013 a 2015, que se fez representar em conferências a nível municipal, regional e estadual estando a frente das discussões Fórum Estadual de Educação-FEE, juntamente com o Conselho Estadual de Educação-

CEE e a Secretaria de Estado de Educação-SEDUC. O processo culminou com sua aprovação em uma audiência pública, realizada no dia 12 de maio de 2015, o que garantiu sua legitimidade por meio da participação representativa da sociedade. A Lei nº 8.186 em 23 de junho de 2015, que aprovou o Plano Estadual de Educação - PEE, com vigência por 10 (dez) anos, a partir da data de publicação da lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014. De acordo com o plano,

[...] remete a necessidade de intensificação das ações governamentais, mediante a construção de um Plano Estadual voltado, sobretudo à melhoria da qualidade do ensino ofertado à sociedade paraense, que seja capaz de reduzir a evasão escolar; o baixo desempenho escolar dos alunos; baixa média de anos de estudo da população; a elevada taxa de analfabetismo especialmente na região da Ilha do Marajó; reduzido contingente de força de trabalho com formação técnica profissional; infraestrutura fragilizada em todos os níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); baixa qualificação e remuneração dos profissionais que atuam na educação (PARÁ, 2015, p.16 e 17).

No Artigo 1º discorre sobre as estratégias de efetivação do PEE (2015/2025), em conformidade com o Plano Nacional de Educação 2014 -2024.

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Estadual de Educação - PEE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014, adotando-se as seguintes estratégias:

- I - articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
- II - consideração com as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
- III - garantia do atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV - promoção da articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais (PARÁ, 2015, p.1).

O plano reitera a necessidade, da busca da qualidade na melhoria do ensino e em consequência do bem estar social como fator básico no desenvolvimento social do Estado, tendo como desafio:

[...] a construção de uma nova qualidade para a educação básica, articula-se, dentre outras iniciativas, à planificação 20 articulada das ações educacionais, a uma política de avaliação, à democratização das escolas e sistemas, a uma política de formação e valorização dos trabalhadores em educação, à incorporação da diversidade no currículo da educação básica, dentre outras ações (PARÁ, 2015, p.19 e 20).

Em síntese o PEE 2015/2025, em sua estrutura aborda as seguintes temáticas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional, diversidade, inclusão, formação e valorização dos profissionais da educação, educação superior, gestão democrática e financiamento, organizados em 20 metas, cada uma subdividida em análise situacional e as estratégias para o alcance das metas.

Alinhado com os aspectos legais que incitam a efetivação da educação integral no país, o Estado do Pará, em seu PEE 2015/2025, ratifica a busca de executar a política de educação integral no estado por meio de sua meta 6, promulga:

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 15% (quinze por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica (PARÁ, 2015, p.60).

Vale ressaltar que a Meta 6 visa oferecer educação em tempo integral, o que nos remete a reflexão sobre a distinção entre educação integral e educação em tempo integral. A educação integral visa à formação do ser humano em todos os seus aspectos e a educação em tempo integral refere-se à ampliação do tempo do aluno no ambiente educativo. Concordamos com o fato de que ambas estão associadas, haja vista, que a formação global não acontece somente nas quatro horas em que o aluno está em sala de aula, e nos reportamos a Gadotti quando afirma que,

As diversas experiências de educação integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no seu entorno), quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis (2009, p. 33).

Assim, de acordo com o PEE 2015/2025, em sua análise situacional da educação integral, este resgata as informações que a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) iniciou o processo de oferta da educação integral em 2009 mediante a adesão ao programa federal Mais

Educação, e avançou em 2012 por meio da implantação do projeto da escola de tempo integral. No que se refere as estratégias, podemos agrupar em grupos dentre os quais temos: oferta da educação básica em tempo integral, infraestrutura, parcerias, formação continuada, atendimento a diversidade, inclusão, educação integral contemplada no projeto político pedagógico das escolas e jornada escolar prolongada.

Considerações finais

Nos documentos oficiais que regem a educação brasileira, observamos que os projetos e programas são pensados e implementados no intuito de cumprir os compromissos assumidos em prol da melhoria da qualidade de ensino, e são avaliados por meio de instrumentos criados na tentativa de diagnosticar a progressão ou não desses esforços, porém, análises mais profundas são necessárias nesse percurso dinâmico que envolve aspectos não revelados nos números apontados nas avaliações mesmo que qualitativas.

A busca por uma educação de qualidade que possa contemplar a escola pública não é recente. Nesse percurso, a educação integral é inserida enquanto opção de promover uma educação transformadora, pelo fato de anunciar a possibilidade do desenvolvimento da pessoa humana em uma diversidade de conhecimentos, não somente cognitivos, necessários a formação do homem. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, já continha expectativas de uma educação para todos.

Embora a legislatura aponte para objetivos concretos a serem alcançados, não é suficiente para a efetivação da tão almejada melhoria na qualidade do ensino. No caso do Programa Ensino Médio Inovador, este propõe que ações sejam elaboradas, organizadas e executadas pela comunidade escolar de acordo com a realidade em que estão inseridas, com a intenção de oferecer atividades instigadoras no processo de ensino aprendizagem, visando que estas tornem-se significativas em sua educação de maneira geral, onde o conhecimento deve ser produzido pelo diálogo entre as disciplinas.

A adesão deve ser um compromisso assumido pelos membros dessa comunidade, que necessitam a priori entender a concepção do que se pretende desenvolver. Além da formação,

infraestrutura, planejamento, adequação curricular, tempo e autonomia são fundamentais para o sucesso do que está posto na legislação oficial que propõe um ação do Estado. Fundamentos que não condizem com o modelo da escola pública predominante em nosso país, que ainda possui educação tradicional linear estruturada na disciplinaridade.

Referências

BRASIL, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ **IDEB – Resultados e Metas.** Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=3196067> Acesso em 23.11.2016.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - **Portaria nº 971**, de 09 de outubro de 2009<<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/1634-port-971/file> //.> Acesso em: 01/05/2016.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em Processo.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades 2012 Instituto UNIBANCO.** Disponível em <www.insitutounibanco.org.br>. Acesso em: 23/11/2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Agência de Notícias Pará.**Conheça o nosso Pará.** Disponível em: http://www.pa.gov.br/O_Para/opara.asp. Acesso em 23/11/2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. **Imprensa Oficial do Estado do Pará IOEPA.** Diário Oficial nº 32978 de 23 de setembro/2015, p. 5 Disponível em: http://www.ioepa.com.br/diarios/2015/09/24/2015.09.24.DOE_5.pdf. Acesso em 30/05/2017.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. **Institucional/Estrutura Organizacional.** Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=3846>. Acesso em: 10/05/2017.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. **Pacto pela Educação no Pará** – Disponível em: <<http://www.pactoeducacaopara.org>>. Acesso em: 15/04/2017.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. **Programa Jovem do Futuro PJF.** Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=5019>. Acesso em: 30/05/2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. **Programa Jovem do Futuro PJF**. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=5019>. Acesso em: 30/05/2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. PJF - **Programa Jovem de Futuro será desenvolvido em 87 escolas no Pará**. Portal SEDUC/PA. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=4100>. Acesso em: 01/05/2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. **Plano de Educação Integral para o Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino do Pará**. Belém-Pará, 2014. Disponível em: https://issuu.com/albacerdeira/docs/plano_de_educacao_integral_format. Acesso em: 23/11/2016.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. **Circuito de debates para construção do Plano de Educação Integral da Educação Básica da Rede Estadual**. Belém-Pará, Setembro/Outubro, 2015.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria Adjunta de Ensino Fundamental. **Documento Base do Plano Estadual de Educação**. Belém-Pará, 2015c. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=5019>. 30/05/2016.